

## **PROJETO BÁSICO**

### **1. OBJETO:**

EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTES PROVISÓRIAS EM MADEIRA, NA ZONA URBANA E ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU – AM. PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA.

### **2. DADOS CADASTRAIS:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANACAPURU/AM

C.N.P.J: 04.274.064/0001-31

Endereço: Travessa Maria Walcacer Nogueira, 597 – Terra Preta – Centro, CEP: 69.401-350, Manacapuru/AM

Fone: (092) 3361-3037

### **3. ÁREA REQUISITANTE**

Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINFRA

### **4. NOME DO RESPONSÁVEL:**

PAULO ONETY DE SOUZA FILHO

Cargo: Secretário de Infraestrutura

C.P.F: 348.497.262-91

### **5. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

O presente Projeto Básico tem por finalidade o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia destinados à construção de pontes provisórias em madeira no Município de Manacapuru/AM, com vistas a garantir a mobilidade, acessibilidade e segurança no deslocamento de pessoas, veículos leves e no escoamento da produção local.

A execução dos serviços compreenderá todas as etapas necessárias à adequada implantação das estruturas, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra qualificada, equipamentos, transporte, ferramentas e demais insumos indispensáveis à

perfeita execução dos serviços, em conformidade com as normas técnicas vigentes, normas da ABNT aplicáveis e boas práticas da engenharia.

Os serviços serão executados de forma parcelada, sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço pela Administração, contendo a definição do local, quantitativos estimados e prazos de execução.

As intervenções serão realizadas em vias situadas na zona urbana e rural do município, conforme necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINFRA, com o objetivo de restabelecer e/ou melhorar as condições de tráfego em trechos que apresentem dificuldades de acesso, decorrentes de desgaste natural, fatores climáticos adversos ou deterioração de estruturas existentes.

## **6. JUSTIFICATIVA**

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade de construção de pontes provisórias em madeira, destinadas a restabelecer e garantir a mobilidade urbana e rural no município de Manacapuru/AM, contemplando bairros da zona urbana, tais como Correnteza, Biribiri, Centro, São Francisco, Liberdade, Terra Preta, São José, Morada do Sol e Aparecida, bem como comunidades rurais como Arapapá, Costa do Pesqueiro, Pesqueiro, Canabuoca, Sacambu, Campinas e Ena.

As referidas localidades enfrentam recorrentes dificuldades de acesso, especialmente em decorrência da cheia dos rios e da incidência de chuvas intensas, fatores que comprometem significativamente o deslocamento seguro da população e o acesso a serviços públicos essenciais, como saúde, educação, transporte e segurança.

Nas áreas rurais, o cenário se agrava em virtude do isolamento temporário de comunidades, impactando diretamente o escoamento da produção agrícola e a prestação de assistência emergencial.

Nesse contexto, a construção de pontes provisórias em madeira configura-se como solução técnica viável, célere e economicamente adequada, possibilitando a implantação de travessias seguras em curto prazo, enquanto não se viabilizam intervenções estruturais definitivas.

Considerando a variabilidade, imprevisibilidade e sazonalidade das demandas, especialmente relacionadas a eventos climáticos adversos, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais eficiente para a Administração Pública, permitindo

a contratação sob demanda, com maior celeridade, economicidade e racionalização dos recursos públicos.

Ademais, em razão das características técnicas dos serviços e da necessidade de garantir a segurança estrutural das pontes a serem executadas, faz-se imprescindível a contratação de empresa especializada, devidamente qualificada, com profissionais habilitados e utilização de materiais em conformidade com as normas técnicas vigentes.

A contratação pretendida visa assegurar:

- A qualidade, estabilidade e durabilidade das estruturas executadas;
- O cumprimento de prazos compatíveis com a urgência da demanda;
- A segurança dos usuários;
- A padronização dos serviços;
- A eficiência na execução das intervenções.

A presente contratação fundamenta-se nos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 11 e 18, estando alinhada à necessidade de solução adequada ao problema público identificado.

## **7. PRAZO DA EXECUÇÃO**

Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, mediante emissão de Ordens de Serviço, dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, de 12 (doze) meses.

O prazo de execução de cada intervenção será definido na respectiva Ordem de Serviço, considerando a complexidade dos serviços e as condições específicas de cada local, não podendo ultrapassar o prazo de vigência do contrato administrativo decorrente da Ata.

## **8. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação no órgão de imprensa oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, nem a contratar os quantitativos totais estimados, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

O contrato decorrente da Ata deverá ser formalizado dentro de sua vigência de 12 (doze) meses, não podendo ultrapassar o prazo máximo permitido pela legislação vigente.

## **9. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, prorrogável nos termos do art. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, e será definida no respectivo instrumento contratual ou instrumento equivalente, observada a vigência da Ata.

Os contratos poderão ter prazo distinto da Ata de Registro de Preços, desde que sua formalização ocorra dentro do prazo de vigência de 12 (doze) meses desta, e sua execução não ultrapasse os limites legalmente admitidos.

## **10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

Por se tratar de contratação realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, não há obrigatoriedade de indicação prévia de dotação orçamentária para a totalidade dos quantitativos estimados.

As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento vigente à época de cada contratação.

A indicação da dotação orçamentária será exigida previamente à formalização de cada contrato ou instrumento equivalente.

## **11. DO VALOR**

O valor total estimado de referência para a contratação é de R\$ 3.969.452,32 (**três milhões, novecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos**). Os preços base foram elaborados com base na tabela SINAPI vigente, acrescidos de BDI específico para este tipo de serviço, no percentual de 26,72%.

## **12. JUSTIFICATIVA PARA A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – SRP.”**

A presente contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos arts. 28, inciso II, 29 e 82 da Lei nº 14.133/2021.

A escolha da modalidade Concorrência justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste na execução de serviços de engenharia para construção de pontes provisórias em madeira, os quais envolvem a implantação de estruturas que exigem responsabilidade técnica, observância de normas específicas e garantia de segurança estrutural.

Embora os serviços apresentem certo grau de padronização, sua execução está diretamente condicionada às características particulares de cada local de intervenção, tais como condições do solo, regime hidrológico, acessibilidade, logística e influência de fatores climáticos, especialmente em regiões sujeitas a cheias e alagamentos.

Tais variáveis impactam diretamente na definição das soluções construtivas, no dimensionamento dos elementos estruturais e nos métodos executivos, demandando análise técnica específica e acompanhamento especializado, o que caracteriza a necessidade de procedimento licitatório mais robusto, compatível com serviços de engenharia.

Ademais, as intervenções envolvem riscos relacionados à segurança dos usuários, sendo imprescindível assegurar a adequada execução das estruturas, com observância às normas técnicas e garantia de estabilidade, funcionalidade e durabilidade, ainda que em caráter provisório.

A forma eletrônica atende ao disposto no art. 17, §2º, da referida Lei, priorizando a utilização de meios digitais, promovendo maior competitividade, transparência, eficiência e ampliação do acesso de interessados ao certame.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza variável, imprevisível e sazonal das demandas, especialmente relacionadas a eventos climáticos adversos, como cheias e chuvas intensas, que impactam diretamente a mobilidade urbana e rural do município.

Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o SRP permite a contratação conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordens de Serviço, sem

obrigatoriedade de execução da totalidade dos quantitativos estimados, promovendo maior eficiência, economicidade e racionalização dos recursos públicos.

Além disso, possibilita maior planejamento das intervenções, padronização das soluções construtivas, redução da necessidade de contratações emergenciais e melhoria na gestão dos recursos públicos.

Diante do exposto, a Concorrência Eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços, mostra-se a forma mais adequada para atendimento do interesse público, assegurando conformidade legal, segurança jurídica, competitividade e adequada execução dos serviços de engenharia.

### **13. DO SIGILO DO ORÇAMENTO**

Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado da contratação terá caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

A adoção do sigilo tem por finalidade evitar que os licitantes utilizem o valor estimado pela Administração como referência direta para formulação de suas propostas, estimulando a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

O orçamento estimado permanecerá restrito aos agentes públicos envolvidos na fase interna da contratação, sendo tornado público após o encerramento da fase de julgamento das propostas, conforme disposto na legislação vigente.

A medida não compromete a transparência do certame, uma vez que serão disponibilizadas aos licitantes todas as informações necessárias à adequada elaboração das propostas.

### **14. DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado conforme a execução dos serviços, mediante medição previamente atestada pela fiscalização e apresentação de nota fiscal/fatura, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/Fatura correspondente aos serviços executados;
- b) Comprovação de regularidade relativa ao FGTS;
- c) Certidões de regularidade fiscal (Federal, Estadual e Municipal);



d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização, sem ônus para a Administração.

O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela Contratada.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência contratual.

A Administração poderá efetuar a retenção ou compensação de valores para cobertura de multas ou prejuízos devidamente apurados.

## **15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO**

A medição dos serviços será realizada por Ordem de Serviço, com base nos quantitativos efetivamente executados, conforme previsto na planilha orçamentária e devidamente aferidos pela fiscalização designada pela Administração.

As medições serão formalizadas por meio de Boletim de Medição, elaborado pela contratada e validado pela fiscalização, devendo conter a descrição detalhada dos serviços executados, os quantitativos apurados, o período de execução e demais informações necessárias à verificação da conformidade dos serviços.

Para fins de medição e pagamento, a contratada deverá apresentar, obrigatoriamente:

- Boletim de Medição dos serviços executados;
- Relatório fotográfico atualizado, evidenciando as etapas executadas;
- Anotações ou registros técnicos, quando aplicável;
- Atesto da fiscalização quanto à conformidade dos serviços com as especificações técnicas.

Os serviços poderão ser medidos por unidade executada, metro linear, metro quadrado ou outro critério técnico compatível com a natureza do serviço, conforme definido na planilha orçamentária e nas Ordens de Serviço.

Somente serão considerados para fins de medição e pagamento os serviços efetivamente executados, em conformidade com as especificações técnicas, devidamente aprovados pela fiscalização.

## **16. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços, visando ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da referida Lei. O reajuste dos preços será concedido após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado ou da proposta, conforme definido no instrumento convocatório, com base em índice oficial previamente estabelecido. As solicitações de revisão ou reajuste deverão ser formalmente justificadas e acompanhadas de documentação comprobatória, sendo submetidas à análise técnica, contábil e jurídica, cabendo à autoridade competente a decisão quanto ao deferimento. Os preços revisados ou reajustados deverão permanecer compatíveis com os valores praticados no mercado à época da concessão, sendo vedada a aplicação cumulativa de reajuste e revisão para o mesmo período.

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada obriga-se a executar os serviços de construção de pontes provisórias em madeira em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Projeto Básico, no edital e em seus anexos, observando as normas técnicas vigentes e as orientações da fiscalização designada pela Administração, devendo cumprir as Ordens de Serviço emitidas, respeitando prazos, condições e quantitativos estabelecidos.

Compete à Contratada fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, mão de obra qualificada e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, garantindo que a madeira utilizada seja de origem legal, mediante apresentação da documentação pertinente, como DOF ou equivalente, conforme a legislação ambiental vigente.



Deverá substituir, às suas expensas, quaisquer materiais ou serviços que não estejam em conformidade com as especificações técnicas ou que apresentem defeitos, bem como corrigir eventuais falhas apontadas pela fiscalização.

A Contratada deverá manter equipe técnica qualificada e em quantidade suficiente para a execução dos serviços, com profissional legalmente habilitado, responsabilizando-se pela apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica, quando aplicável.

Deverá cumprir rigorosamente as normas de segurança do trabalho, responsabilizando-se por quaisquer acidentes ou danos causados a seus empregados, a terceiros ou ao patrimônio público e privado.

Caberá à Contratada a responsabilidade integral pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, devendo manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

A Contratada deverá arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, cumprir os cronogramas estabelecidos e garantir a estabilidade, segurança e funcionalidade das estruturas executadas, realizando os ajustes necessários quando solicitado pela Administração.

Deverá, ainda, comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.

## **18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Compete à Contratante fornecer todas as informações necessárias à execução dos serviços, incluindo a definição dos locais de intervenção e eventuais condições específicas de cada área, bem como disponibilizar documentos e autorizações que estejam sob sua responsabilidade e que sejam indispensáveis à execução do objeto.

Deverá designar formalmente servidor(es) para atuar na fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no edital, no contrato e em seus anexos, e comunicar tempestivamente à Contratada quaisquer irregularidades identificadas.

Compete ainda efetuar os pagamentos devidos, conforme as condições estabelecidas, receber provisória e definitivamente os serviços executados, nos termos da

legislação aplicável, aplicar penalidades quando cabível, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e adotar as medidas necessárias para garantir a regular execução contratual.

## **19. DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, ao(s) qual(is) competirá registrar as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinar as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades e atestar a conformidade dos serviços executados.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada quanto à qualidade dos serviços executados, inclusive perante terceiros.

O fiscal do contrato deverá manter registros formais das ocorrências verificadas durante a execução contratual, podendo solicitar esclarecimentos, documentos e providências à Contratada, sempre que necessário.

A Contratada deverá manter comunicação permanente com a fiscalização, prestando todas as informações solicitadas e facilitando o acesso às frentes de serviço. A fiscalização será exercida por servidor designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINFRA.

## **20. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

A Administração poderá, mediante motivação e observância do devido processo legal, adotar medidas acauteladoras necessárias à proteção do interesse público e à adequada execução contratual, inclusive a retenção de pagamentos, quando houver risco iminente de dano ou prejuízo à Administração, assegurada à Contratada a posterior manifestação, nos termos da Lei nº 9.784/1999 e das disposições aplicáveis da Lei nº 14.133/2021.

## **21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Consideram-se serviços compatíveis aqueles relacionados à construção, manutenção ou recuperação de pontes em madeira, ou à execução de estruturas em madeira com características semelhantes.

Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrada a execução satisfatória dos serviços.

Poderá ser exigida a comprovação de quantitativo mínimo executado, limitado a até 10% (dez por cento) do quantitativo estimado da contratação, desde que tecnicamente justificado no processo administrativo.

Os atestados deverão estar devidamente registrados no conselho profissional competente, quando aplicável, ou acompanhados das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica ou documentos equivalentes.

## **22. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL**

Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, a licitante deverá demonstrar possuir, na data prevista para apresentação da proposta, profissional legalmente habilitado junto ao conselho profissional competente, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Consideram-se serviços compatíveis aqueles relativos à construção, manutenção ou recuperação de pontes em madeira, execução de estruturas em madeira ou serviços de engenharia com características semelhantes ao objeto, inclusive em áreas urbanas ou rurais. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência do profissional.

A comprovação do vínculo do profissional com a licitante poderá ser realizada por meio de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato social, no caso de sócio, contrato de prestação de serviços ou declaração de disponibilidade do profissional para atuação na execução do objeto, admitida pela legislação vigente.

Os atestados deverão estar acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou documento equivalente emitido pelo conselho profissional competente. O profissional indicado deverá participar efetivamente da execução dos serviços, sendo vedada sua substituição sem prévia anuência da Administração.

## 23. DISPOSIÇÕES GERAIS

Eventuais alterações nas condições estabelecidas neste Projeto Básico, na Ata de Registro de Preços e nos contratos dela decorrentes serão formalizadas por meio de termo aditivo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021. Vinculam-se a este procedimento, para todos os fins, o edital, seus anexos, este Projeto Básico e as propostas apresentadas pelos licitantes vencedores. É vedado caucionar ou utilizar a Ata de Registro de Preços ou os contratos dela decorrentes para qualquer operação financeira.

A subcontratação parcial do objeto poderá ser admitida, desde que previamente autorizada pela Administração, nos termos do art. 122 da referida Lei, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela execução do objeto e por todas as obrigações contratuais e legais. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

O presente Projeto Básico foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações pertinentes, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e interesse público.

Manacapuru – Am, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Paulo Onety de Souza Filho**

Secretário Municipal de Infraestrutura - SEMINFRA  
CREA-AM RNP 040865364-7  
Decreto nº 099 de 02.02.2026